



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL – MTPS.

PE. n° 90007/2024
PROCESSO N°: 19958.100351/2023-33

IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA LTDA, CNPJ n° 05.208.211/0001-38, com sede na Av. Miguel Frias e Vasconcelos, n.° 1205, Andar 1 - Parte, Jaragué/SP, CEP: 05.345-000, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que inabilitou a referida empresa, vencedora do certame, e faz forte nas razões de fato e direito a seguir alinhadas.

DO ESCORÇO FÁTICO

O MTPS lançou edital de pregão eletrônico, cujo objeto é o seguinte:

“O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas que compõem os edifícios sob responsabilidade da administração central do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), localizados no Distrito Federal, bem como para a realização de eventuais

serviços de engenharia, sob demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”

Após a abertura da sessão pública, a Recorrida foi convocada a apresentar sua documentação de habilitação, pois logrou ofertar a melhor proposta de preço.

Ao analisar a documentação da Recorrente, o pregoeiro decidiu inabilitá-la em razão de, supostamente, não preencher os requisitos do edital.

“Considerando a complexidade do objeto, apesar da proposta conter vícios sanáveis, não será solicitada sua correção, pois a empresa da IN HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE LOGÍSTICA S/A estaria posteriormente inabilitada em função de não atendimento aos itens 8.36.4, 8.36.9, 8.36.14 a 8.36.16, 8.43.1.2.3, 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de Referência, anexo do Edital, o que anularia a avaliação de sua proposta comercial.”

Com devida vênia, a decisão que inabilitou a Recorrente não pode prosperar, eis que todos os questionamentos suscitados, em relação à documentação de habilitação, foram esclarecidos, estando devidamente comprovado que a empresa possui larga expertise nos serviços objeto do edital.

A Recorrente, irresignada com a decisão do douto Pregoeiro, apresenta o presente recurso a fim de que seja reformada a decisão que resultou em sua inabilitação.

DA INQUESTIONÁVEL CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA RECORRENTE

Como dito em linhas anteriores, a empresa justificou a

compatibilidade dos atestados e equipe técnica, inclusive indicando as folhas dos atestados. Vejamos:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

1. 1.1 Conforme Edital enviado e Atestado de capacidade Técnica, referente ao contrato com o Banco do Brasil, nas páginas 37, 39 e 43, os serviços são prestados, podemos solicitar ao cliente declaração complementar ao atestado.

2. 1.2 Conforme atestado Banco do Brasil pagina 3 item G.

3. 1.3 referente ao atendimento a NT 19, por se tratar de serviço especializado, os serviços serão subcontratados por empresa terceira.

Cabe ressaltar que o edital permite, expressamente, a subcontratação de empresas especializadas (4.3 do TR).

Já na Cláusula Quarta do contrato (4.4.1), está previsto que a contratada apresentará a contratante a documentação de habilitação de subcontratada.

A apresentação de documentação de habilitação da contratada, inclusive, poderá ser feita por meio da demonstração da qualificação técnica da subcontratada, conforme está previsto nos artigos 67, § 9º e 122 § 1º, ambos da Lei 14.133.

Dessa forma, para fins de cumprimento da exigência prevista no subitem 8.36.16 do TR, apresentaremos a documentação de habilitação da empresa subcontratada.

4. 1.5 conforme atestado do Banco do Brasil - Andaraí pagina 11, e atestado Banco do Brasil DF página 7.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL ENGENHEIRO MECANICO:

1. 2.1 De acordo com a Cat do Engenheiro Mecânico Alexandre - Páginas 2.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL ARQUITETO:

2. 3.1 Conforme declaração do quadro técnico o Arquiteto Antônio (data de registro profissional 30/06/1983) e a Arquiteta Daiana Aparecida (data de registro profissional 08/11/2019) e o, comprovam a experiência de 5 anos exigida.

Com a devida vênua, em relação à capacidade técnica da empresa, do simples exame das páginas indicadas na resposta à diligência, resta evidente que a empresa comprou sua expertise.

Especificamente, quanto à exigência trazida pelo subitem 8.36.16 do TR, necessário destacar que o credenciamento junto ao corpo de bombeiro não pode ser exigido como documento de habilitação, sendo razoável que somente seja exigido do licitante quando da prestação do serviço.

Ademais, necessário ressaltar que os serviços especificados no edital, que em tese legitimariam a exigência de credenciamento junto ao bombeiro, sequer são os mesmos serviços estipulados na NT 19, o que colocaria em xeque, inclusive, a legitimidade da exigência.

Assim, necessário ressaltar que a Constituição Federal (art. 37, XXI) prevê expressamente que somente serão exigidos documentos de qualificação técnica essenciais à execução do objeto. Ora, se sequer os serviços estipulados no edital são os mesmos estipulados pela norma do bombeiro, não faz sentido exigir, como documento de habilitação, o prévio credenciamento dos licitantes para demonstrar que estão autorizados a executar serviços que nem constam no edital.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica

indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dessa forma, a inclusive que ser reavaliada a legitimada da exigência expressa no subitem 8.36.16 do TR. Pois, como dito, não faz sentido atestar capacidade para execução de serviços que sequer estão previstos no edital.

Ademais, mesmo que seja entendido que os atestados não são iguais aos serviços estipulados no edital, necessário esclarecer que é expressamente vedado pela Lei de licitações e pelo TCU que a administração exija, para fins de habilitação, comprovação da realização anterior de serviços idênticos aos especificados no edital.

Veja, que o art. 67, II da Lei 14.133/21, que dispõe que os atestados de capacidade técnica devem se referir a serviços **SIMILARES** em complexidade operacional.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior,** bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei;](#)

A fim de dar aplicabilidade à Lei, que o subitem 8.27 do termo de referência do edital, possibilitou aos licitantes demonstrem a sua capacidade técnica através de atestados similares em complexidade operacional.

Qualificação Técnico-Operacional

8.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente

ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Dito isso, na decisão que inabilitou a Recorrente, nos parece que essa administração somente aceitaria atestados referentes a serviços idênticos aos estipulados no edital, o que acaba por se tornar um ato desprovido de legalidade, **POIS ACABA POR Esvaziar o sentido e alcance da lei**, que legitima os licitantes comprovarem a sua capacidade técnica através de serviços similares, e não idênticos.

Nesse sentido, convém citar a redação súmula 263 do TCU, que ressalva que os atestados devem se referir a serviços semelhantes, e não idênticos, o que confirma o texto constitucional (art. 37, XXI), que determina que somente serão exigidas documento de habilitação essenciais à execução do objeto. Isso é uma premissa básica das licitações.

SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Nesse mesmo sentido, os Tribunais Regionais Federais firmaram entendimento de que os atestados devem ser aceitos na medida em que demonstrem a capacidade do licitante me serviço similar.

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL. COMPROVADA. RECURSO

NÃO PROVIDO.

I Busca a parte agravante a reforma da decisão interlocutória de indeferimento da medida liminar requerida em sede de mandado de segurança com vistas a questionar a comprovação dos requisitos de habilitação da empresa classificada em primeiro lugar no processo licitatório regido pelo edital Pregão Eletrônico em licitação realizada pelo DNIT, especificamente quanto à comprovação da capacidade operacional. (...)

III Conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, permite-se a análise da capacidade operacional a partir da comprovação de capacidade na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, de modo a indicar o acerto na decisão em recurso administrativo conferida pelo DNIT quanto à comprovação da capacidade operacional diante dos seguintes fundamentos: "os insumos e equipamentos utilizados nos serviços são praticamente iguais, com pequenas variações nos percentuais de uso e consumo devido às características específicas dos ligantes" e "os serviços são compatíveis e possuem complexidades técnicas equivalentes, após análise com base no SICRO/DNIT - Sistema de Custos Referenciais de Obras/DNIT".

(...)

V Diante do acervo probatório que instruiu os autos de mandado de segurança, considero suficientemente comprovada a demonstração da execução de quantitativos superiores aos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes ao objeto relacionado à capacidade operacional questionado pelo agravante, motivo pelo qual, em juízo de cognição sumária, não vislumbro fundamento apto a justificar a reforma da decisão agravada. VI Agravo de instrumento não provido.

(AG 1011901-40.2024.4.01.0000, DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, TRF1 - DÉCIMA-PRIMEIRA TURMA, PJe 27/08/2024 PAG.)

Como já dito, o TCU tem firme posicionamento no sentido de que os atestados devem se referir a serviços semelhantes, e não idênticos.

"Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais."

(Acórdão 449/2017 - Plenário)

"Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais."

(Acórdão 553/2016 - Plenário)

Assim, uma vez mais afirmamos que a Recorrente possui capacidade técnica muito superior ao objeto licitado, que decorre de vários anos de mercado, sempre realizado à contento os serviços contratados nas mais diversas esferas administrativas. Inclusive, a empresa presta serviço de manutenção em dos "data center" mais sensíveis do país (Banco do Brasil), onde é exigido um nível altíssimo de expertise e capacidade técnica. Assim, a Recorrente logra comprovar que detém expertise superior à exigida.

Por fim, quanto a qualificação de sua equipe técnica,

impugnamos veementemente o entendimento de que a Recorrente não teria demonstrada a experiência da equipe.

Com a devida vênia, o edital apenas exigiu que experiência anterior da equipe, de 05 anos. O edital não determinou a forma como seria aferida. Assim temos que, o comprovante de inscrição no órgão competente seria documento hábil.

Com relação ao arquiteto Antônio, seria totalmente desarrazoado presumir que o mesmo não possui experiência na área, pois é registrado no órgão competente desde 1983, mais de 40 anos.

Dessa forma, não subsiste qualquer fundamento para questionar a experiência da operacional da empresa e da equipe técnica, devendo, portanto, ser reanalisada a sua documentação de habilitação, dessa vez com apoio na legislação e princípios correlatos às contratações públicas.

PEDIDOS

Por todo o exposto, requeremos a reforma da decisão que inabilitou a Recorrente, eis que está vastamente demonstrada que possui capacidade técnica significativamente superior às necessárias para execução do objeto, bem como sua equipe técnica é extremamente, e comprovadamente, competente, inclusive com demonstração de experiência anterior.

Caso essa comissão não reforme a decisão que inabilitou a Recorrente, o que não acreditamos que irá acontecer, pugnamos para o encaminhamento da presente peça à Autoridade Superior.

Nesses termos, pede o provimento.

Brasília-DF, 27 de setembro de 2024.



Artur Eloy Chagas de Oliveira
Diretor Regional